

A. I. N° - 000.896.901-9
AUTUADO - BELATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ OLIVEIRA SOUZA
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 28/11/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0424-03/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÃO REALIZADA COM NOTA FISCAL COM DATA DE VALIDADE VENCIDA. Embora a infração esteja comprovada, é devida apenas uma penalidade por descumprimento de obrigação acessória, considerando que não ficou caracterizada a falta de pagamento do imposto. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 25/07/2005, refere-se à exigência de R\$5.329,37 de ICMS, acrescido da multa de 100%, tendo em vista que foi constatada operação com mercadorias, efetuada com documentação fiscal com data de validade vencida, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias nº 125052.

O autuado apresentou impugnação (fls. 08 a 10), destacando, inicialmente a inobservância pelo Auditor Fiscal de alguns aspectos da legislação vigente, quais sejam: a) base de cálculo diz equivocada, pois o fato gerador é o valor total dos produtos e não o valor da base de cálculo do ICMS Substituição das notas fiscais 000887 e 000888 que foi transcrita para o campo 15; b) é enquadrado no SIMBAHIA na condição de Microempresa industrial-faixa 4, conforme disposto no artigo 384-A, I, do RICMS/97 e que as mercadorias constantes das notas fiscais 000.887 e 000.888 são bebidas alcoólicas e, portanto tributadas por ICMS ST regulamentado pelo artigo 353 do RICMS/BA e que a base de cálculo adotada pelo Auditor Fiscal foi totalmente descabida e absurda.

Transcreve o artigo 199, I do RICMS/BA, que normatiza a exigência da expressão validade do documento fiscal no campo da nota fiscal, alegando que esse dispositivo não alcança as notas fiscais objeto do referido auto, por apresentarem, de maneira clara, e na parte superior direita à expressão exigida pelo dispositivo e que a AIDF 9951001612003 de 06/06/2003, que autorizou a impressão dos documentos fiscais e que estes foram impressos em gráfica devidamente autorizada pela SEFAZ/BA.

Acrescenta ainda que por equívoco do funcionário de faturamento as notas fiscais de nº 887 e 888, foram emitidas com prazos de validade vencidos, e que em nenhum momento houve a intenção de lesar o fisco.

Por fim, requer a nulidade ou improcedência do Auto de Infração.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 20 dos autos, dizendo que a autuação ocorreu pelo fato de ter constado, documento considerado inidôneo para a operação, consoante artigo 209, inciso III, do RICMS/97 e que o Auto de Infração exige o ICMS da própria operação e o ICMS devido por substituição tributária, uma vez que se trata de mercadorias incluídas na Portaria nº 114/04.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS acrescido de multa, relativamente a mercadoria acompanhadas das Notas Fiscais de nº 887 e 888, emitidas em datas posteriores aos prazos de suas validades.

Nas razões de defesa, o autuado sustenta que, por desconhecimento do funcionário, foram emitidas as Notas Fiscais 887 e 888, com as datas de validades vencidas e alega que a mercadoria é submetida ao regime de substituição tributária, e, por isso, entende que não houve prejuízo para o Estado.

Observo que as notas fiscais que acobertavam a operação questionada apresentam características de idoneidade, encontram-se revestidas das formalidades legais, e no caso da validade vencida não é razoável exigir o imposto das mercadorias de acordo com o parágrafo único do artigo 209 do RICMS/97.

Dessa forma, entendo que é devida a penalidade por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$50,00, prevista no art. 42, inciso, XXII da Lei 7.014/96, nos termos do art. 157, do RPAF/99, sendo este o posicionamento adotado, de forma reiterada, neste CONSEF.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **000.896.901-9**, lavrado contra **BELATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$50,00**, prevista no art. 42, inciso XXII, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de novembro de 2005.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - RELATORA

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR